

DIREITOS HUMANOS

Projeto prevê pena mais rigorosa para trabalho escravo

Pacote de medidas a ser lançado domingo também cria programa de proteção a testemunhas e vítimas

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — Como já fez em anos anteriores, o presidente Fernando Henrique Cardoso quer marcar a Semana da Pátria com o lançamento de novas medidas na área de direitos humanos. Os projetos de lei que enviará ao Congresso prevêem a criação de um programa de proteção de vítimas e testemunhas ameaçadas, o aumento das penas para quem explora trabalho escravo, a redução em um terço do tempo de prisão para criminosos que colaborarem com a Justiça e a regulamentação do acesso de deficientes físicos a prédios e transportes públicos.

O projeto sobre trabalho escravo é especialmente duro nos casos de trabalho infantil: a pena poderá ser ampliada entre um sexto e um terço se a vítima do trabalho escravo for menor de 18 anos. No domingo, uma das solenidades está marcada para os jardins do Palácio da Alvorada. Vão participar 90 crianças — 30 retiradas do trabalho em sisal, carvão e cana-de-açúcar, 20 da Casa da Cidadania e 20 do Projeto Simenino, dos Ministérios do Exército e dos Desportos.

Fernando Henrique receberá ainda estudantes de escolas públicas e fará um discurso falando sobre a criança sem escola, mostrando as iniciativas do governo federal para mudar essa situação e retirar as crianças do trabalho escravo, transferindo-as para as escolas. No mesmo dia, o presidente lançará uma cartilha sobre direitos humanos, com 2 mil exemplares em braille, para atender aos deficientes visuais, e deverá sancionar o Código Nacional de Trânsito. O presidente de Portugal, Jorge Sampaio, foi convidado para as comemorações e deve participar.

Preventivo — Com os projetos de lei, o governo pretende reduzir o impacto das manifestações programadas para domingo, como o Grito dos Excluídos, que está sendo organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Central de Movimentos Populares (CMP). Em São Paulo, a CNBB tem a expectativa de reunir cerca de 70 mil pessoas em Aparecida do Norte, para fazer um "apitaço" e uma grande manifestação.

Pela primeira vez, os símbolos escolhidos para o Grito dos Excluídos e a Romaria dos Trabalhadores serão o cartão vermelho e o apito. O responsável pela Pastoral Social da CNBB de Brasília, d. Demétrio Valentini, bispo de Jales, admitiu que "o ato tem, certamente, conotação política embora a analogia com os símbolos — apito e cartão vermelho — possa levar a uma comparação equivocada". No ano passado, os dedos da mão foram o símbolo do Grito dos Excluídos, como na campanha de Fernando Henrique ao Palácio do Planalto. Este será o terceiro ano em que o Grito dos Excluídos é realizado.

O apito, de acordo com a coordenação do Grito dos Excluídos, será "o símbolo de alerta para a situação de exclusão social crescente". O cartão vermelho, por sua vez, será usado para chamar a atenção para as causas da exclusão — "para expressar a vontade de expulsar a fome, o desemprego, a corrupção, a violência, a impunidade e a política econômica que concentra renda, terra, poder".

Alerta — Este ano, a CNBB espera que manifestações ocorram em quase 600 cidades brasileiras. Em entrevista esta semana, Fernando Henrique afirmou que o Dia da Pátria não é uma data para protestos. D. Demétrio Valentini contou que a CNBB não está preocupada em retirar o caráter político, ressaltou, no entanto, que tem tido o cuidado de garantir a natureza ampla, aberta e solidária do ato. "Estamos recomendando que onde tem parada militar os atos devem ser feitos em outro local, até mesmo em outro dia, para não transformá-los em atos que reforcem a exclusão."